



O RODOVIÁRIO

SIM! É POSSÍVEL...

Tal qual, o Partido Comunista Português afirmou, todas as medidas levadas a cabo pelo Governo PS com o apoio do PSD e com o aval do Presidente da República, conduziram o país a uma profunda recessão.

Porém, novos factos políticos emergiram nas últimas semanas:

Por um lado, o PSD não aprovou o mais recente pacote de medidas de austeridade, PEC, cozinhado entre o Governo PS e as mais altas esferas do grande capital europeu.

Mas, se os mais incautos ou desatentos destas questões, poderiam ver aqui, algum virar de orientação ou alguma preocupação com o estado a que 35 anos de políticas do PS, PSD e CDS, juntos ou sozinhos, conduziram o nosso país, desenganem-se! É que, o PSD logo tratou de afirmar que pretendia ir mais longe, era preciso mais, para “acalmar os mercados”, como agora se houve dizer, como se os mercados fossem algo de abstracto, como se não fosse o grande capital e os seus interesses.

Por outro, o pedido de “ajuda” externa, feito, é bom de dizer, logo a seguir ao aviso da banca de que era imperioso o Estado Português recorrer a tal mecanismo. Aqui, não tenhamos dúvidas, o Governo, mostrou, mais uma vez, a sua capitulação perante o grande capital, revelando a quem efectivamente serve.

Esta “ajuda” externa em nada vem resolver os problemas dos trabalhadores, do povo, do país! Antes pelo contrário, servirá para pagar juros altíssimos ao grande capital, para cobrir os devaneios deste, levar à capitulação económica do país, passando a pesada factura ao povo Português.



Como o povo costuma dizer é caso para afirmar que se “não morrermos do mal, morreremos da cura”.

Mas o povo é soberano, e é por isso mesmo que já no próximo dia 5 de Junho, o povo, mais uma vez irá ser chamado a dizer de sua justiça. Esta não é, nem pode ser, como não o foram todas as outras, umas eleições quaisquer. Nestas eleições joga-se muito do futuro de Portugal! Temos de decidir se queremos continuar nesta senda destruidora ou se pelo contrário o que pretendemos para nós e para as gerações vindouras é uma política de criação de emprego, de criação de riqueza, mais e melhor serviço público de e para todos, mais produção, melhores salários, a valorização do trabalho e de quem trabalha, um Portugal soberano e independente.

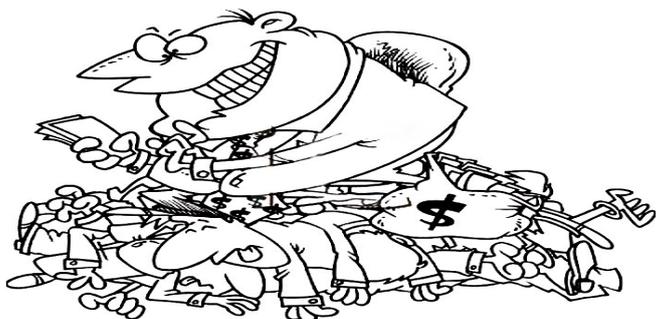
Sendo a escolha óbvia! Também óbvia é a força política que desde sempre tem afirmado e defendido tais reivindicações – **O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.**

É também neste quadro complexo, que irão ter lugar as comemorações do 25 de Abril de 74 e do 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador. Estes são por si só dois factos históricos que provam que quando os trabalhadores e o povo querem, a história muda. Contrariamente ao que certos encartados nos pretendem fazer crer, não são os “mercados”, não são os especuladores, não é o grande capital e toda a classe parasitária que dele depende, é e será sempre – **O POVO QUEM MAIS ORDENA!**

LUTAR, RESISTIR E VENCER!

O Patronato do sector de transportes rodoviários de passageiros, com conivência dos sucessivos governos que defendem políticas de direita, e suportados em partidos como o PS, PSD e CDS, têm vindo nos últimos anos a intensificar a exploração através da precariedade laboral e baixos salários, tratando os trabalhadores, em geral, como “objectos de produção”, e no caso dos motoristas, querendo fazer destes a “peça mais barata do autocarro”, senão vejamos:

Salários – o patronato tem vindo a bloquear a contratação colectiva, impondo por actos de gestão actualizações salariais abaixo da inflação verificada, e não tendo em conta os ganhos de produtividade, o que representa uma redução nos salários para além de uma quebra de poder de compra significativa. [Hoje o poder de compra é mais baixo do que à 10 ou 20 anos atrás] estando cada vez mais próximo os salários do Salário Mínimo Nacional.

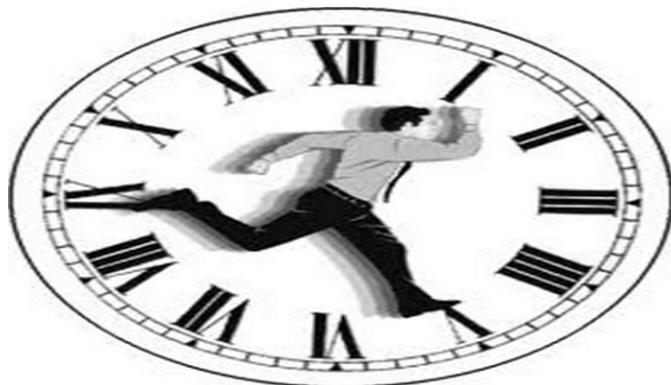


Com esta postura, o patronato está a “obrigar” os motoristas a recorrer, cada vez mais, ao trabalho suplementar para fazerem face às suas despesas familiares. Acontecendo que muitos trabalhadores saem de casa e entram em casa com os filhos a dormir, ficando privados de darem assistência familiar e poderem ter condições de vida e de trabalho a que têm direito. O PCP defende que só com salários dignos há desenvolvimento, estando por isso como sempre fez, ao lado dos trabalhadores do sector nas lutas em defesa de salários dignos.

Horários de trabalho – também através da flexibilidade dos horários de trabalho e do incumprimento do que está estabelecido nos contratos colectivos de trabalho, o patronato do sector procura que os motoristas estejam “amarrados” às empresas 14 e mais horas sem pagamento a trabalho suplementar. Não é por acaso que uma das reivindicações do patronato junto dos sucessivos governos, seja a criação de matéria específica para o sector de transportes, para assim mais facilmente poderem impor aos trabalhadores a seu belo prazer alterações aos horários de trabalho,

locais de trabalho entre outras matérias.

A verdade é que tanto os governos PSD/CDS e PS já constituíram grupos de trabalho para se discutir as matérias específicas que o patronato pretende, mas não têm conseguido atingir os seus objectivos, devido à oposição dos sindicatos da CGTP-IN.



Motoristas pagam para trabalhar – as exigências que são impostas, cada vez mais, para o exercício da profissão de motorista trazem custos que deveriam ser suportados pelas empresas mas que o patronato e o governo teimam em fazer recair nos bolsos dos trabalhadores. Não é justo que sejam motoristas a pagar do seu bolso a certificação profissional, como o CAM – Certificado de Aptidão de Motorista, ou o CAP para transporte colectivo de crianças, e o cartão tacógrafo digital, que tem como função o registo dos tempos de descanso e condução. Sabendo-se que é da responsabilidade das empresas os custos com a chamada caderneta ou disco tacógrafo, que são para o mesmo efeito.



Se juntarmos ainda os custos com a renovação da carta de condução, podemos concluir que a profissão de motorista, onde as exigências e responsabilidades cada vez são maiores, as mesmas, não se reflectem nos salários e no respeito pelos direitos laborais.

O PCP defende que a Formação Profissional dos motoristas tem que ser ministrada em horário laboral e os custos com a mesma e tacógrafo digital devem ser suportados pelas empresas.



CAIXA DE RECLAMAÇÕES!

O terminal de Sete Rios, da **Rede Expressos**, apresenta várias carências, das quais destacamos as seguintes:

- Necessidade de uma sala de espera em condições, onde as pessoas não apanhem correntes de ar.
- Também necessita de um bar onde possam tomar as suas refeições sentadas.
- No balcão de mercadorias é necessário criar condições para tanto os trabalhadores que ali estão, como os clientes que ali se dirijam, não estejam sujeitos às constantes correntes de ar.

Na empresa **Scotturb**, persiste:

- Ausência de resposta à contratação colectiva.
- Perseguição aos elementos representantes dos trabalhadores.
- Substituição de trabalhadores contratados a prazo por outros na mesma situação, com contratos para fazer face a períodos sazonais.
- Ausência de WC's e infra-estruturas para tomadas de refeição nos locais de rendição.
- Desrespeito à lei da Greve, proibindo à Comissão Sindical o acesso às instalações no dia 24 de Novembro.

Na empresa **Vimeca**, continua:

- Perseguições aos representantes dos trabalhadores
- Excesso de trabalho extraordinário.
- Processos disciplinares em excesso.

A televisão não mostrou os outros jornais não disseram



À 5.ª FEIRA
NOTÍCIAS DE QUEM TRABALHA E LUTA
POR UM PORTUGAL MELHOR

www.pcp.pt

PCP tem alternativa!

Propostas de ruptura

1. A renegociação imediata da actual dívida pública portuguesa – com a reavaliação dos prazos, das taxas de juro e dos montantes a pagar – no sentido de aliviar o Estado do peso e do esforço do actual serviço da dívida, canalizando recursos para a promoção do investimento produtivo, a criação de emprego e outras necessidades do País.

2. A intervenção junto de outros países que enfrentam problemas similares da dívida pública – Grécia, Irlanda, Espanha, Itália, Bélgica, etc. – visando uma acção convergente para barrar a actual espiral especulativa, a par da revisão dos estatutos e objectivos do BCE e da adopção de medidas que visem o crescimento económico, a criação de emprego e a melhoria dos salários.



3. A adopção de uma política virada para o crescimento económico onde a defesa e promoção da produção nacional assuma um papel central – produzir cada vez mais para dever cada vez menos, com medidas imediatas que visem o reforço do investimento público, a aposta na produção de bens transaccionáveis e um quadro excepcional de controlo da entrada de mercadorias em Portugal, visando a substituição de importações.

4. A diversificação das fontes de financiamento, retomando uma política activa de emissão de Certificados de Aforro e de Tesouro e de outros instrumentos vocacionados para a captação de poupança nacional, bem como o desenvolvimento de relações bilaterais encontrando formas mais vantajosas de financiamento. Uma política de diversificação também das relações comerciais, mutuamente vantajosas, com outros países designadamente de África, Ásia e América Latina.

5. A avaliação do conjunto de situações que envolvem as chamadas Parcerias Público Privadas, visando, de acordo com o apuramento, a renegociação ou cessação de contractos que se mostrem ruinosos para o Estado.



Adere ao  **PCP**

Nome:

Contacto:

Envia para Av. Liberdade 170, 1200-Lisboa, ou para sector.transportes@dorl.pcp.pt